



ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Vanessa de Jesus Proença

Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Departamento de Psicologia.
Psicóloga e Bolsista do Projeto de Extensão Práticas Clínicas e Pensamento Psicanalítico: a Psicologia na Defensoria Pública de Mato Grosso no ano de 2016. Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367. Bairro: Boa Esperança. Cuiabá – MT. CEP: 78060-900. Telefone: (65) 98127-6861
psicologavanessap@gmail.com

Victor Zandonadi N. da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Departamento de Psicologia.
Psicólogo e Bolsista do Projeto de Extensão Práticas Clínicas e Pensamento Psicanalítico: a Psicologia na Defensoria Pública de Mato Grosso no ano de 2016. Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367. Bairro: Boa Esperança. Cuiabá – MT. CEP: 78060-900. Telefone: (65) 98141-7174
zandonadi19@gmail.com

Vera Lúcia Blum

Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação.
Psicóloga. Doutorado em Psicologia Clínica pela PUC-SP.
Docente do Departamento de Psicologia. Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367. Bairro: Boa Esperança. Cuiabá – MT. CEP: 78060-900. Tel: (65) 3615-8492 e (65) 98475-1581
verablum@terra.com.br

Larric Johnny Malacarne

Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Departamento de Psicologia.
Discente do Curso de Psicologia.
Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367. Bairro: Boa Esperança. Cuiabá – MT. CEP: 78060-900.
Telefone: (65) 99265-0167.
larricmalacarne@gmail.com

Natany Martins de Jesus

Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Departamento de Psicologia.
Discente do Curso de Psicologia.
Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367. Bairro: Boa Esperança. Cuiabá – MT. CEP: 78060-900.
Telefone: (65) 99920-8538.
nataanym@gmail.com

RESUMO

Este artigo resulta de pesquisa realizada no Núcleo de Execuções Penais (NEP) da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no ano de 2015, e visa a contribuir com algumas reflexões sobre a realidade vivida pelos familiares de pessoas apenadas e a elas dar visibilidade. A pesquisa teve por objetivo investigar a percepção do familiar sobre a pena imposta àquele que cometeu o delito e o modo como o encarceramento de um parente repercute em sua vida. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas com 47 familiares. A coleta e análise de dados possui delineamento qualitativo de caráter exploratório-descritivo. Os resultados foram pensados, principalmente, a partir da psicanálise. Por meio da pesquisa, foi possível perceber as alterações que o encarceramento de um membro da família traz na vida dos familiares. A pesquisa fez parte do projeto de extensão universitária do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, câmpus de Cuiabá, e permitiu a experimentação do tripé acadêmico: ensino, pesquisa e extensão. Ao cumprir com aquilo que a extensão prevê, ou seja, articular universidade e sociedade, cada um de nós foi convocado a questionar o campo no qual estamos inseridos e assim, um dos principais ensinamentos/aprendizados decorrente desse trabalho foi sobre os profissionais que podemos – e queremos – ser.

Palavras-chave: Núcleo de Execuções Penais; Apenados; Familiares; Tripé Acadêmico.

RESUMEN

Este artículo resulta de una investigación realizada en el Núcleo de Ejecuciones Penales (NEP) de la Defensoría Pública del Estado de Mato Grosso, en el año de 2015, y busca contribuir con algunas reflexiones acerca de la realidad vivida por los familiares de personas encarceladas y dar a conocer esa realidad. El objetivo del estudio fue investigar la percepción del familiar sobre la sentencia impuesta a aquel que cometió el delito y de cómo el encarcelamiento de su pariente repercute en su vida. Fueron realizadas entrevistas semi estructuradas con 47 familiares. La recolección y análisis de los datos posee un diseño cualitativo de carácter descriptivo exploratorio. Los resultados fueron pensados, principalmente, a partir del psicoanálisis. A través de la investigación fue posible percibir los cambios que el encarcelamiento de un miembro de la familia genera en la vida de los familiares. La investigación ha sido parte de un proyecto de extensión universitaria de la carrera de Psicología, de la Universidad Federal de Mato Grosso, campus de Cuiabá, y permitió la experimentación de la tríada académica: enseñanza, investigación y extensión. Al cumplir con lo que la extensión propone, o sea, articular universidad y sociedad, cada uno de nosotros fue convocado a cuestionar el área en la cual trabajamos, y así, uno de los principales aprendizajes resultantes de este trabajo fue sobre los profesionales que podemos – y queremos – ser.

Palabras clave: Núcleo de Ejecuciones Penales; Encarcelados; Familiares; Tríada Académica.

1. INTRODUÇÃO

Em novembro de 2012, foi assinado o “Termo de Convênio entre a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DP/MT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)”, que garante a participação de estagiários na Instituição nos campos do Direito, da Assistência Social e da Psicologia. Por meio do projeto de extensão *Práticas Clínicas e Pensamento Psicanalítico: a Psicologia na Defensoria Pública de Mato Grosso*, os alunos de Psicologia podem fazer o Estágio Supervisionado Específico (ESE) na Defensoria Pública, a qual é composta por Núcleos, Coordenadorias e Serviços a eles vinculados. Atualmente, o Serviço de Psicologia atua junto ao Núcleo de Atendimento e Proposituras de Iniciais, do qual fazem parte o Balcão de Cidadania e o Serviço de Assistência Social, bem como nos Núcleos de Defesa da Mulher e de Execuções Penais. O trabalho dos estagiários do Curso de Psicologia se deteve na atuação do Projeto de Extensão junto ao Núcleo de Execuções Penais (NEP) e nos desdobramentos das atividades ali desenvolvidas.

Desde o ano de 2007, o NEP presta serviço em relação à execução penal de pessoas que cumprem pena em qualquer unidade do sistema penitenciário que esteja localizada nos municípios de Cuiabá ou de Várzea Grande. A efetivação do serviço se dá não apenas quando há visitas nas penitenciárias, como também a partir da ida de algum familiar até o NEP. O Núcleo atende também a reeducandos que cumprem alguma modalidade de pena em liberdade, até que a pena seja extinta e não haja mais nenhuma pendência com a Justiça. Geralmente, quem recorre ao Núcleo visa a obter informação sobre o cumprimento da pena de algum familiar ou de sua própria pena (caso esteja cumprindo uma modalidade de pena em regime aberto). A maior parte das pessoas que por ali circula corresponde a familiares de reeducandos, que questionam aspectos relacionados à execução da pena e a situações de negligência, muitas vezes vivenciadas no sistema penitenciário.

A fim de cumprir com suas funções, o atendimento do NEP precisa manter o foco exclusivamente nas questões jurídicas daqueles que o procuram, ou seja, não sobra tempo para o acolhimento de sentimentos ou emoções; além disso, falta espaço adequado onde se possa falar de aspectos da vida pessoal. Além disso, como alerta Almeida (2012), a complexidade das relações humanas muitas vezes escapa ao campo objetivo do Direito. Segundo a autora “as demandas da população que busca pelos serviços da Defensoria apresentam uma realidade complexa com diversas arestas que não cabem no corpo jurídico pré-definido” (ALMEIDA, 2012, p. 72). Dessa forma, o estágio dos alunos de Psicologia junto ao NEP demonstrou a necessidade de inserção na realidade subjetiva em que se movem os familiares dos apenados que procuram esse Núcleo.

Tal necessidade tornou-se objeto de investigação da pesquisa intitulada *A privação de liberdade e seus efeitos sobre o familiar do apenado*, cuja origem está ligada à disciplina Prática Orientada de Pesquisa (POP) do Curso de Psicologia da UFMT, câmpus de Cuiabá, e ao projeto de extensão *Práticas clínicas e pensamento psicanalítico: A Psicologia na Defensoria Pública de Mato Grosso – 2ª Edição*, em 2015. Os desdobramentos dessa pesquisa estiveram presentes no ano de 2016, com a 3ª Edição do Projeto.

Em busca de informações sobre a realidade de familiares de indivíduos apenados a partir de estudos publicados em revistas especializadas nacionais, constatou-se serem escassos os trabalhos que focalizam os efeitos subjetivos e singularizados da condenação daqueles cuja condição é ter um familiar na prisão. Essa busca foi efetuada em indexadores científicos como *SciELO e Bireme* com a entrada das palavras-chave “apenado”, “encarcerado” e “familiar de encarcerado e/ou apenado”. O resultado encontrado foi a publicação de dois artigos e uma tese de doutorado, os quais possuem acesso livre, como também um artigo de acesso restrito. Um deles tem como tema o estudo sobre mulheres de presos, com o intuito de identificar os possíveis estigmas relacionados à situação de aprisionamento e as estratégias de resistência

utilizadas por essas mulheres no cotidiano (GUIMARÃES *et al.*, 2006). O outro investiga o ponto de vista de familiares de presos quanto a temas relacionados à percepção de justiça e direitos (BUORO, 1998). A tese encontrada investiga os sentimentos experimentados por parentes próximos de pessoas encarceradas (GONZAGA, 2013). O artigo de acesso restrito trata da expectativa da família em relação à recuperação do apenado (SCHMITD, 1984).

O que se nota nesses estudos é a captura simbólica e concreta do familiar em uma realidade que em princípio e por hipótese ele não escolheu. Pelo menos conscientemente. Seu “crime” é estar ligado por laços de sangue ou afetivos ao outro infrator. Se, por um lado, o familiar do apenado desempenha um papel significativo no processo penal, pois muitas vezes ele ajuda a contornar as limitações materiais, administrativas e jurídicas do sistema prisional (WOLFF, 2005), por outro lado, essa tarefa há de ter um custo a ser avaliado. Quais as consequências, para esse familiar, da insistência em manter seu vínculo afetivo com o detento e cuja presença contribui para a preservação da ponte entre o sujeito privado de liberdade e o mundo além-muros da prisão?

Assim, para compreender a singularidade da vivência prisional e as consequências do vínculo afetivo mantido com os apenados, foram entrevistados alguns familiares que procuraram o Núcleo da DP/MT para serem informados, por meio do Programa de Assistência do Segregado (PAS), sobre a situação processual dos custodiados.

2. METODOLOGIA

A atuação no NEP levou ao reconhecimento da necessidade de conhecer e sistematizar as opiniões do sujeito quanto à situação de encarceramento de um membro da família, como forma de auxiliar a equipe do Núcleo no trabalho de comunicação e defesa dos direitos do cidadão que a ele ocorre. Para tanto, com o propósito de contribuir com as reflexões sobre a realidade vivida pelos familiares de pessoas apenadas e a ela dar visibilidade, esta pesquisa teve por objetivos investigar (1) a opinião do familiar relativa à pena imposta àquele que cometeu o delito e (2) como o encarceramento do parente repercute em sua vida.

Para atingir tais objetivos, optou-se pela pesquisa exploratório-descritiva, uma vez que, de acordo com Gil (2008), pesquisas exploratórias oferecem uma visão geral, de tipo aproximativo em relação a determinado fenômeno. Desse modo, uma vez identificada a existência de poucos trabalhos que focalizam a realidade subjetiva de familiares de apenados, este tipo de delineamento se mostrou adequado no sentido de oferecer um ponto de partida para novas pesquisas. Afinal, esse modelo de pesquisa proporciona “maior familiaridade com o problema, de forma a torná-lo mais explícito, com possibilidade de construir hipóteses. Seu princípio visa ao aprimoramento de ideias e o desvelar de intuições” (GIL, 2009, p. 41).

Foram entrevistados 47 familiares de apenados (mães, irmãs, companheiras, tias, avós e pais). O Núcleo não tem como prever quais serão as características das pessoas que o procuram nos dias de atendimento. Assim, a seleção dos participantes ficou condicionada ao fato de o indivíduo ter procurado o NEP no dia da coleta de dados e aceitado o convite para fazer parte da pesquisa. Dessa forma, a amostra deste estudo foi do tipo não probabilístico por conveniência, tendo-se mostrado adequada aos objetivos da pesquisa, cujo enfoque principal era levantar hipóteses no tocante a uma realidade específica e não estender os resultados da investigação a um grande contingente populacional.

A técnica utilizada para a coleta dos dados foi a entrevista, o que possibilitou obter informações subjetivas da pessoa entrevistada, fazendo emergir suas opiniões, valores e atitudes (TURATO, 2003). As entrevistas são facilitadoras, são uma oportunidade para a conscientização, um meio capaz de promover a formação de sentidos, um bom momento para que se possa ter uma descarga de sentimentos geradores de sofrimento, além de ser um dispositivo para que o sujeito possa falar (TURATO, 2003).

As entrevistas foram do tipo semi-estruturado, de modo que se produziram elocuições (1) do sentido para o sujeito de ter um parente encarcerado, (2) do impacto sobre o sujeito da notícia da prisão do familiar, (3) do ponto de vista do sujeito sobre os motivos que levaram seu parente à prisão, (4) da percepção de como o encarceramento repercutiu em sua vida, (5) das dificuldades enfrentadas decorrentes do encarceramento e (6) da compreensão das informações obtidas no NEP. O roteiro foi elaborado pelos pesquisadores com questões abertas e orientadoras, de modo a atingir os objetivos da pesquisa. Elas estão de acordo com as diretrizes fornecidas por Ribeiro (2008), ao afirmar que as entrevistas semi-estruturadas:

[devem ser] formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. O questionamento é mais profundo e, também, mais subjetivo, levando ambos a um relacionamento recíproco, muitas vezes de confiabilidade. Frequentemente as questões dizem respeito a uma avaliação de crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos. Exigem que se componha um roteiro de tópicos selecionados. Seguem uma formulação flexível, e a sequência e as minúcias ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que acontece naturalmente. (RIBEIRO, 2008, p. 144).

A coleta e a análise dos dados ocorreram por meio do método qualitativo. Segundo Turato (2003), tal método é trazido das Ciências Humanas e busca entender o significado individual ou coletivo dos fenômenos para a vida das

peças. Para o autor, esse método de pesquisa busca os sentidos e as significações dos fenômenos e reside aí a sua essência. Afinal, o significado “tem função estruturante: em torno do que as coisas significam as pessoas de certo modo organizarão suas vidas” (TURATO, 2003, p. 509).

Desse modo, a escolha do método qualitativo se mostrou prudente para a investigação na medida em que ele permitiu trabalhar com dados não quantificáveis, como sentimentos, emoções e significados que as pessoas davam à situação em que se encontravam em consequência do aprisionamento do familiar. A pesquisa procurou ir o mais fundo possível na busca das experiências e percepções daqueles que procuraram o NEP, com a finalidade de eventualmente captar uma regra comum capaz de organizar a situação ou o fenômeno em tela: a realidade subjetiva de quem tem um parente encarcerado.

A pesquisa se iniciou com o acompanhamento dos atendimentos jurídicos prestados pelo NEP, o que permitiu a escuta da demanda trazida pelo familiar à instituição, assim como as informações e orientações recebidas dos operadores do Direito. Em seguida, a pessoa era convidada a participar da pesquisa e, caso aceitasse, encaminhada para uma sala reservada na DPMT, onde eram apresentados os objetivos da pesquisa, sua metodologia e procedimentos, assim como os riscos e benefícios para o sujeito. Foi assegurado aos participantes o sigilo das informações fornecidas e a independência entre a entrevista e o processo jurídico de seus parentes, pois, segundo Guimarães et al. (2006, p. 53) “trabalhar com este tema envolve temores e fantasias, como a de que os depoimentos poderiam incriminar os apenados”.

Nesse momento, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) era apresentado e esclarecidas eventuais dúvidas, de maneira que, com a aceitação dos participantes, o TCLE era assinado em duas vias. Preenchia-se então um protocolo de entrevistas com o intuito de coletar dados referentes a identificação, sexo, grau de parentesco, número do processo jurídico, motivo da procura pela Defensoria, como também condenações, tempo de reclusão e tempo de pena restante do apenado.

Uma vez cumpridas essas etapas, passou-se aos questionamentos contidos no roteiro de entrevistas. Essas tiveram a duração média de 40 minutos, em sala reservada na instituição, a fim de que a pessoa pudesse sentir-se à vontade para conversar sobre temas de conteúdo pessoal. Para o registro das informações foi utilizada a gravação em áudio por meio de um *smartphone*, pois, em conformidade com o que afirmam Blum et al. (2016, p.1):

Este recurso representa ampla capacidade de registro das falas dos sujeitos, registrando a conversa tal qual ela ocorreu. Ele também garante ao pesquisador liberdade para acompanhar o pensamento do entrevistado, pois não está atarefado com anotações de seu discurso ou partes dele. A atenção do entrevistador fica assim liberada para a escuta e elucidação dos elementos dissonantes do discurso do entrevistado.

De modo geral, após a gravação da entrevista, é necessário que se transcrevam todas as falas da conversa da maneira como se deram. Entretanto, diante dos desafios inerentes ao trabalho de transcrição formulou-se a indagação: “como prescindir da transcrição literal das entrevistas sem perder de vista a organização das falas em um quadro descritivo e interpretativo?”. Com essa questão a pedir por uma resposta satisfatória, o caminho percorrido levou os pesquisadores “a criar um procedimento de escuta dos sentidos das elocuições dos entrevistados”, o qual se mostrou frutífero para a presente pesquisa, de caráter essencialmente qualitativo (BLUM et al., 2016, p.1). Dessa forma, por ter sido testado por um dos entrevistadores desta investigação, denominou-se o procedimento de Método Malacarne de Abstração Primária (MMAP) que, segundo Blum et al. (2016, p.1):

Consiste em o pesquisador, ao invés de transcrever literalmente as falas, valer-se de uma escuta flutuante para a entrevista inteira gravada e ao mesmo tempo tomar notas sobre o que vai lhe chamando a atenção no discurso, fazendo recortes em consonância com os objetivos da pesquisa. É importante que o pesquisador registre os minutos exatos da entrevista nos quais a fala do sujeito lhe causou determinada impressão e, se necessário, transcreva literalmente algumas falas que estejam em consonância com o que está pensando. Isso contribui para que os recortes e interpretações produzidos pela escuta das elocuições gravadas tenham embasamento, visto que, com a indicação precisa da fala de onde as interpretações surgiram, elas podem ser verificadas por outros ouvintes, que podem refutar ou confirmar os desdobramentos da escuta do pesquisador.

Como é possível perceber, mesmo a escuta sendo mais livre, há alguns momentos em que algo que é dito pelo entrevistado “fisga” o entrevistador. Há rigor nessa escuta nomeada como “abstração de primeiro nível ou abstração primária aos efeitos de pensamento no entrevistador produzidos pelas elocuições do entrevistado” (BLUM et al., 2016, p.1). Esse procedimento de escuta torna possível ao pesquisador encontrar-se “disponível para deixar-se invadir por aspectos significativos das falas, o dito e o não dito, as reticências, as contradições que apontem, de forma explícita ou implícita, a realidade subjetiva do entrevistado” (BLUM et al., 2016, p. 2).

Esse movimento de contato com as entrevistas em nível de abstração primária será responsável por gerar uma série de anotações e transcrições de pequenos trechos das falas dos entrevistados. Imediatamente após a escuta, o pesquisador deverá organizar essas anotações e trechos transcritos em prosa, construindo, assim, um documento que contenha um relato e discussão sobre os conteúdos da fala do sujeito. Nesse sentido, cada uma das entrevistas gerou um arquivo

em texto em que a descrição do que o sujeito disse foi articulada com reflexões e pensamentos que as falas provocaram no pesquisador. Desse modo, o MMAP mostrou papel importante inclusive na análise dos dados da presente pesquisa, visto que:

O Método Malacarne de Abstração Primária mostra-se adequado para análises que levem em consideração as falas como respostas ao modo como os sujeitos percebem as situações e não como relatos ou descrições da situação em si. Possui como vantagem a economia de tempo com uma redução do número de etapas da análise. Não se fazem as transcrições para depois serem feitos recortes e interpretações: atento aos aspectos significativos das falas e registrando aquilo que elas lhe provocam, o pesquisador já está realizando um recorte e uma interpretação inicial das entrevistas (BLUM *et al.*, 2016, p. 2).

Uma vez que todas as entrevistas estavam registradas textualmente, procedeu-se à elaboração de uma tabela a fim de organizar os resultados conforme as seguintes categorias: a) os modos como os sujeitos recebem a notícia da prisão e os efeitos sobre suas vidas; b) os modos como os sujeitos percebem a prisão de seu familiar e as opiniões acerca do seu motivo; c) os modos de compreensão das informações jurídicas recebidas. Em seguida, foram elaboradas perguntas a partir dos resultados encontrados de maneira que, em consulta à compilação dos dados, os próprios discursos dos sujeitos fossem respondendo às questões levantadas.

Esse procedimento culminou na escrita dos tópicos que compõem a análise dos dados da pesquisa. Segundo Poupart *et al.* (2012, p. 140) “a etapa da análise consiste em encontrar um sentido para os dados coletados e em demonstrar como eles respondem ao problema de pesquisa”. Dessa forma, o pesquisador organiza seus dados com a ajuda de um quadro descritivo e interpretativo, retirando da literatura os conceitos e as metáforas pelos quais poderá interpretar um dado opaco. Além disso, foram tecidas articulações dos resultados encontrados com achados e reflexões provenientes das escassas pesquisas que envolviam familiares de apenados (GUIMARÃES *et al.*, 2006; BUORO, 1998; GONZAGA, 2013).

É importante salientar que o projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/Humanidades do Hospital Universitário Júlio Müller da UFMT, com a garantia de respeito e integridade aos entrevistados da pesquisa.

3. RESULTADOS DA PESQUISA E SEUS DESDOBRAMENTOS

A amostra da presente pesquisa constituiu-se principalmente por mulheres (n=43, ou 91,5%) com idade média de 49,9 anos com algum parentesco com apenados. Os homens, por outro lado, mostraram uma presença muito mais rara no NEP, o que se refletiu no fato de que apenas 4 pais, com idade média de 54 anos, responderam à entrevista, representando aproximadamente 8,5% da população da amostra.

Ao considerarmos apenas o grupo das mulheres entrevistadas, teremos que 60,5% cuja idade média era de 52,12 anos (n=26), eram mães de apenados. Companheiras de apenados, com idade média de 30,5 anos, representaram 18,6%. Ainda no grupo das mulheres, 9,3% eram irmãs, com 35,25 anos em média. Em menor proporção, foram entrevistadas avós (6,98%) e tias (4,65%) de pessoas encarceradas, com idades médias de 73,7 e 57 anos, respectivamente.

Entre os efeitos do encarceramento de um parente sobre essas pessoas, foram identificados com destaque: a) a completa alteração da vida pessoal; b) a necessidade de submissão a humilhações durante a entrada no presídio em dias de visita. Assim, a vida de alguém que possui um parente preso acabou se delineando como um humilhante processo de orbitar em torno da lógica do presídio, ou seja, verificou-se o poder que o cárcere de um indivíduo possui de encarcerar também seus familiares.

São esses dados que permitem ao Projeto de Extensão pensar sua prática dentro da Defensoria, junto ao Núcleo de Execuções Penais e a população ali atendida. Os resultados desta pesquisa, vinculada à extensão e ao ensino, levam os estagiários a questionar sobre as possibilidades de serviço psicológico lançadas a partir da escuta.

Um outro resultado, fundamental, que estes pesquisadores gostariam de ressaltar com satisfação, foi o fato de que este trabalho, desenvolvido em 2015, permitiu estender as ações do projeto para além do período de realização da pesquisa.

Graças a esta pesquisa, os profissionais do Direito que atuam no Núcleo solicitaram o exercício de estagiários de Psicologia junto a eles. Agora, não mais como pesquisadores, mas como aqueles que estão ali para escutar as angústias e demais demandas — que ultrapassam as questões jurídicas — trazidas pelos familiares dos apenados.

Assim, no ano seguinte (2016), com a 3ª Edição do projeto de extensão *Práticas Clínicas e Pensamento Psicanalítico: a Psicologia na Defensoria Pública de Mato Grosso*, foi possível continuar com questionamentos e atuações no NEP. Dessa forma, durante todo aquele ano, às terças e sextas-feiras, estagiários do último ano de graduação em Psicologia estiveram presentes para acompanhar os atendimentos no Núcleo e, quando necessário, proceder a escutas individuais dentro da própria Defensoria.

Esse movimento de inserção vem instigando os estagiários de Psicologia com questões referentes ao posicionamento diante desse novo lugar a ocupar: o que pode o estagiário de Psicologia nesse Núcleo? De onde provém a dificul-

dade do estagiário em captar algo que destoe no discurso das pessoas que passam por lá e que apontam seus conflitos? Como perceber, caso exista, o sofrimento psíquico atrelado à demanda jurídica? Como criar um campo de escuta que desperte o desejo de falar, diante do silenciamento imposto culturalmente às camadas socialmente menos favorecidas? As experiências com os atendimentos levam ao encontro da singularidade de cada sujeito e, se é assim, as questões com as quais o estagiário é confrontado nunca terão uma resposta única. Mediante o Projeto de Extensão se é lançado em meio ao desafio que é experimentar de maneira inédita, ainda na graduação, o papel de um psicólogo em uma Instituição.

A pesquisa também possibilitou pensar em estratégias para contribuir no sentido de fazer com que esse orbitar pessoal em torno do sistema prisional se transforme em um orbitar coletivo, passível de extrair, das humilhações singulares, força e autonomia política para esse grupo de pessoas. A estratégia posta em prática por estes estagiários foi a criação de um Grupo de Apoio aos Familiares de apenados para as mulheres – porque foi essa a população que compareceu ao grupo – tempo e espaço para discutirem questões de sua realidade e se articularem politicamente.

As minúcias do que aconteceu nesse grupo não vão ao encontro, neste momento, do escopo deste trabalho. No entanto, apesar das dificuldades iniciais, o grupo se fortaleceu e, aos poucos, as familiares foram tendo noções sobre seus direitos e deveres. No ano de 2017 não é possível para o Projeto de Extensão continuar responsável pela organização do grupo. Porém, a história dessa articulação não se encerra com a nossa saída. O grupo atualmente conta com a participação de um docente do curso de Psicologia da Faculdade de Cuiabá (FAUC) e reúne-se na Escola Estadual Nova Chance. Nesse local, agora registrado como Grupo de Apoio às Famílias de Reeducandos (GAFAR), o grupo continua a dar seus passos com repercussão na mídia local.

Ao longo da pesquisa e do ano seguinte, em atuação junto ao Núcleo, foi impossível conter o desejo de divulgar o que estávamos fazendo durante o Projeto de Extensão. Assim, estivemos presentes em alguns eventos científicos voltados para o campo da Psicologia, como também nas Semanas de Extensão da UFMT. Foi durante esses eventos que pudemos repensar a pesquisa, bem como o nosso saber-fazer enquanto participantes de grupos de extensão e futuros profissionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado refere-se a uma ação de extensão universitária que possibilitou a experimentação daquilo que é denominado como tripé acadêmico: ensino, pesquisa e extensão. Ao cumprir com o que a extensão prevê, ou seja, articular universidade e sociedade, somos convocados a questionar o campo no qual estamos engajados e, assim, um dos principais aprendizados diz respeito aos profissionais que podemos – e queremos – ser.

A inserção no contexto da assistência jurídica, por meio desta pesquisa de caráter exploratório, foi importante para viabilizar a construção, ainda que incipiente, de um saber sobre a realidade subjetiva daquele que possui um parente preso e como a prisão de um familiar afeta sua vida. As entrevistas com essas pessoas traduziram-se em oportunidade ímpar, no sentido de pensar em estratégias de atendimento psicológico junto ao Núcleo Estadual de Execuções Penais da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Ações como essas permitem, a quem delas participa, ir além, ultrapassando assim os muros da Universidade. No caso deste Projeto de Extensão e as atividades nele envolvidas, aprendeu-se a pesquisar, especialmente quando nos interessamos em estender nossa escuta para outros territórios e ampliar nossa apreensão de formas novas/diferentes de ensino/ aprendizado em relação a nossa área de atuação. É uma dessas experiências que deixam marca, ecoam, porque não se encerram no tempo cronológico de sua duração.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marília Marra. O torto e o direito: desafios do trabalho interdisciplinar na defensoria pública. **Revista da Defensoria Pública**, 5(1), p. 71-79, 2012. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/20/6artigo.revista2012.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

BLUM, Vera Lúcia et al. **O Método Malacarne de Abstração Primária (MMA) como alternativa para o trabalho de transcrição de entrevistas**. In: V Semana de Psicologia, Cuiabá: Departamento de Psicologia da UFMT, 2016.

BUORO, Andréa Bueno. A cabeça fraca: familiares de presos frente aos dilemas da percepção dos direitos humanos. **Revista USP**, v. 37, p. 70-81, 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27035/28809>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

GONZAGA, Vanessa Portes Galvão. **A sombra do encarceramento: o entorno das prisões**. Tese de Doutorado – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2013.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano. et al. Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 48-54, Dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2017.

- POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de A. C. Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência, Araxá**, v. 4, n. 4, p. 129-148, 2008. Disponível em <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/328/310>>. Acesso em: 11 mar. 2017.
- SCHMIDT, Myres Gabardo. **Familiares de presos**: Relação entre o sistema penitenciário e a expectativa da família quanto à recuperação do apenado. In: Revista da escola do Serviço Penitenciário. Ano II, nº. 08, 1984.
- TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da Metodologia Clínico-qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- WOLFF, Maria Palma. **Antologia de vidas e histórias na prisão**: Emergência e Injunção de Controle Social. Rio de Janeiro, RJ: Lúmen Júris, 2005.